


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Sorbone, 375
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0015892-42.1996.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Alega a exequente, às fls. 22671 e ss., que há um saldo remanescente, decorrente de (a) não terem sido computados juros remuneratórios após o período de graça constitucional, o que seria de rigor vez que o pagamento se deu de forma parcelada a partir daí (b) não terem sido reembolsados 2/3 das custas e despesas processuais como consta no título executivo (c) não ter sido paga a parcela 9/10.

1. Custas e Despesas Processuais.

O montante não é devido, porque quando requereu a citação da fazenda pública em execução de sentença (art. 730 do CPC-73, então vigente), não foi ali incluído. Nada, de fato, foi requerido a título de reembolso das custas e despesas processuais – *veja-se fls. 1426*.

A fazenda municipal foi citada com base naquele requerimento, não ofereceu embargos com base naquele requerimento, e o precatório foi expedido com base nos cálculos que o instruíram. Não há se falar em valor remanescente de débito simplesmente porque trata-se de valor que não foi cobrado pela exequente.

Também não há qualquer direito de cobrança agora, quer dizer, nem mesmo instaurar um novo cumprimento de sentença a exequente poderia. É que essas verbas estão acobertadas pela prescrição. A cobrança contra a Fazenda Pública prescreve em 05 anos. Tal prazo tem seu início a partir do momento em que a parte disponha dos elementos necessários para a ação (actio nata). Isso significa dizer que, quando requereu a execução e fez o cálculo do que entendia devido, em 31/01/2001, a exequente já tinha condições de executar também o reembolso de 2/3


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

das custas e despesas. Mas se manteve inerte desde então, acarretando a prescrição.

2. Juros Moratórios após o Período de Graça, durante o Parcelamento.

O exequente está correto na alegação fática, porque realmente, durante o parcelamento, após o período de graça constitucional, não foram computados juros moratórios. Todavia, não tem razão do ponto de vista jurídico, vez que o DEPRE não aplicou juros em razão de entendimento do STF, firmado em Repercussão Geral.

Veja-se:

CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIO. ART. 78 DO ADCT, INTRODUZIDO PELA EC 30/2000. INCIDÊNCIA DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS NAS PARCELAS SUCESSIVAS. INADMISSIBILIDADE. ART 5º, XXIV E XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA JUSTA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. OFENSA REFLEXA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. RE PARCIALMENTE PROVIDO. I - O art. 78 do ADC possui a mesma mens legis que o art. 33 deste Ato, razão pela qual, uma vez calculado o precatório pelo valor real do débito, acrescido de juros legais, não há mais falar em incidência destes nas parcelas anuais, iguais e sucessivas em que é fracionado, desde que adimplidas a tempo e corrigidas monetariamente. II – Não se mostra possível, em sede de recurso extraordinário, examinar a alegação de ofensa ao princípio da justa indenização, abrigado no art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, diante do que dispõe a Súmula 279 do STF. III - A discussão acerca dos limites objetivos da coisa julgada,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

además, constitui matéria de legislação ordinária, que não dá ensejo à abertura da via extraordinária. IV - Recurso extraordinário parcialmente provido. (RE 590751, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 09/12/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-063 DIVULG 01-04-2011 PUBLIC 04-04-2011 EMENT VOL-02495-01 PP-00153)

3. Nona Parcela.

Dos relatórios apresentados pelo DEPRE, especialmente o de fls. 6851, se vê que, após as compensações, o saldo devedor era igual a “zero”, não havia, portanto o que ser depositado pela Prefeitura, naquele momento. Foi mal compreendida pela exequente o cálculo do DEPRE, que demonstra contabilmente a inexistência de um depósito a se realizar naquela ocasião.

No mais, como já ocorreu o depósito da 10ª e última parcela, já levantada pela exequente, não há qualquer saldo devedor remanescente.

Considero satisfeita a obrigação, e julgo extinto este processo em fase de *cumprimento de sentença*, com fulcro no art. 924, II do CPC.

Comunique-se ao DEPRE a extinção do precatório.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA